

1

ETNOGRAFIA E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Objetivos do capítulo

Após a leitura deste capítulo, você deverá:

- conhecer as definições de trabalho dos nossos pontos-chave: etnografia e observação participante;
- ser capaz de comparar e contrastar os usos do termo “etnografia” tanto como método quanto como produto;
- entender a observação participante tanto como um estilo que pode ser adotado por pesquisadores etnográficos quanto como um contexto ao qual uma variedade de técnicas de coleta de dados pode ser adaptada.

UMA BREVE HISTÓRIA DA PESQUISA ETNOGRÁFICA

Etnografia significa literalmente a descrição de um povo. É importante entender que a etnografia lida com gente no sentido coletivo da palavra, e não com indivíduos. Assim sendo, é uma maneira de estudar pessoas em grupos organizados, duradouros, que podem ser chamados de comunidades ou sociedades. O modo de vida peculiar que caracteriza um grupo é entendido como a sua cultura. Estudar a cultura envolve um exame dos comportamentos, costumes e crenças aprendidos e compartilhados do grupo.

Foi em fins do século XIX e início do XX que os antropólogos começaram a utilizar o método etnográfico para estudo dos grupos humanos, a partir da convicção de que as especulações acadêmicas dos filósofos sociais eram inadequadas para entender como viviam as pessoas reais. Eles chegaram à conclusão de que apenas em campo um estudioso poderia encontrar verdadeiramente a dinâmica da experiência humana vivida. A partir da Inglaterra (e de outras partes do Império Britânico, mais tarde Comunidade Britânica, como Austrália e Índia), pesquisadores desenvolveram uma forma inicial de pesquisa etnográfica. Ela refletia o seu trabalho de campo em áreas ainda então sob controle colonial, tais como as sociedades na África ou no Pacífico que pareciam estar preservadas em suas formas tradicionais. Em retrospecto, é claro, podemos ver como o encontro colonial mudou drasticamente muitas daquelas sociedades, mas há cem anos era ainda possível olhá-las e considerá-las como relativamente intocadas pelo mundo exterior. Os britânicos, portanto, enfatizaram um estudo das instituições duradouras da sociedade; este procedimento veio a ser chamado de antropologia social. Os dois antropólogos sociais mais influentes da escola britânica foram A.R. Radcliffe-Brown e Bronislaw Malinowski (McGee e Warme, 2003, ver p. 153-215).

Por outro lado, os antropólogos nos Estados Unidos estavam interessados em estudar os índios norte-americanos, cujos modos de vida tradicionais já haviam sido drasticamente alterados, se não completamente destruídos. Os antropólogos dos Estados Unidos não podiam supor que esses índios vivessem no contexto de instituições sociais que representassem efetivamente sua condição nativa. Se não se pudesse encontrar a cultura naquelas instituições, ela teria então de ser reconstruída através da memória histórica dos sobreviventes. Assim, a antropologia americana veio a ser chamada de antropologia cultural. O antropólogo cultural mais influente foi Franz Boas, que treinou toda uma geração de estudiosos americanos, entre eles Alfred Kroeber, Ruth Benedict, Margaret Mead e Robert Lowie (McGee e Warme, 2003, ver p. 128-152).

Malinowski e Boas eram ambos fortes defensores da pesquisa de campo e ambos defendiam aquilo que veio a ser conhecido como observação participante, um modo de pesquisar que coloca o pesquisador no meio da comunidade que ele está estudando. Por causa de complicações causadas pelas condições internacionais durante a Primeira Guerra Mundial, Malinowski, que estava fazendo um estudo de campo das Ilhas de Trobriand (Pacífico Oeste), ficou retido no seu campo de pesquisa durante quatro anos. Embora raramente tenha sido possível duplicar aquela façanha não planejada, a etnografia de Malinowski sobre os trobriandeses é com frequência tomada como a áurea medida para a imersão total de longo prazo de um pesquisador na sociedade estudada.

Os pioneiros da pesquisa de campo acreditavam que estavam aderindo a um método consoante com o das ciências naturais, mas o fato de estarem vivendo nas próprias comunidades por eles analisadas introduziu um grau de subjetividade nas suas análises que estava em dissonância com o senso comum do método científico.

A partir da década de 1920, sociólogos da Universidade de Chicago adaptaram os métodos de pesquisa etnográfica de campo dos antropólogos ao estudo de grupos sociais em comunidades “modernas” nos Estados Unidos (Bogdan e Biklen, 2003). A influência da “Escola de Chicago” estendeu-se a áreas como educação, negócios, saúde pública, enfermagem e comunicação.

TEORIAS DA CULTURA E PESQUISA ETNOGRÁFICA

À medida que o método etnográfico se espalhou pelas disciplinas, ele ficou associado a uma ampla variedade de orientações teóricas.

- funcionalismo
- interacionismo simbólico
- feminismo
- marxismo
- etnometodologia
- teoria crítica
- estudos culturais
- pós-modernismo

FUNCIONALISMO

Escola de antropologia dominante na Inglaterra durante a maior parte do século XX, o funcionalismo tem ligações metodológicas e filosóficas de longa data com a sociologia, tanto no Reino Unido quanto nos Estados Unidos. O funcionalismo é caracterizado pelos seguintes conceitos básicos:

- *A analogia orgânica*, o que concebe a sociedade de modo análogo a um organismo biológico, com estruturas e funções paralelas às dos sistemas físico-orgânicos. Cada instituição social, tal como um órgão, tem uma função específica a desempenhar para manter vivo o organismo/sociedade inteiro, mas nenhum deles pode operar perfeitamente a menos que esteja corretamente conectado a todos os demais órgãos da instituição.
- Um *modelo orientado de acordo com as ciências naturais*, o que significa que a sociedade deve ser estudada empiricamente, para melhor desvelar seus padrões subjacentes e sua ordenação geral.
- Um *estreitamento do campo conceitual*, o que significa que os funcionalistas preferem focar a sociedade e seus subsistemas (por exemplo, família, economia, instituições políticas e crenças); eles deram relativamente pouca atenção à arte, à linguagem, ao desenvolvimento de personalidade, à tecnologia e ao ambiente.
- Uma pretensão de *universalidade*, o que significa presumir que todas as instituições sociais e suas respectivas funções são encontradas em estruturas equivalentes, em todas as sociedades.
- A *preeminência dos estudos de parentesco*, o que significa que os laços de família são considerados a “cola” que mantém as sociedades coesas; nas sociedades modernas, outras instituições desempenham funções equivalentes aos da família tradicional, mas presume-se que sempre façam isso a partir do modelo da família.
- Uma *tendência para o equilíbrio*, o que significa supor que as sociedades devem ser caracterizadas por harmonia e consistência interna; as perturbações ou anomalias são, ao fim e ao cabo, corrigidas por mecanismos existentes dentro da própria sociedade. Esta suposição implica a tendência em ver as sociedades como algo estático em seu equilíbrio global, assim como uma indisposição para estudar fatores históricos responsáveis por mudanças na vida social.

Em termos de método, os funcionalistas são fortes defensores do trabalho de campo baseado em observação participante, que, pelo menos idealmente, é um compromisso de longo prazo, pois a ordem subjacente de uma sociedade só pode ser revelada pela imersão paciente nas vidas das pessoas estudadas. Uma grande ênfase do trabalho de campo etnográfico

na tradição funcionalista é a ligação das regras de comportamento (normas) ao comportamento propriamente dito; as divergências entre o que as pessoas disseram que tinham de fazer e o que elas realmente fizeram são desenfaturadas. Tal suposição funciona melhor em comunidades pequenas relativamente homogêneas; assim os funcionalistas preferiram o trabalho de campo nas sociedades tradicionais isoladas ou em vizinhanças contidas nas modernas áreas urbanas.

Os funcionalistas abordam a etnografia como se ela fosse um exercício puramente empírico. Os comportamentos e crenças das pessoas são considerados *atos sociais* reais; eles são “dados” que devem ser coletados com objetividade por pesquisadores com um mínimo de interpretação. Embora prefiram trabalhar com dados qualitativos (em oposição a dados numéricos gerados por sondagens, etc.), eles defendem a natureza científica da etnografia porque sua coleta de dados está a serviço de uma concepção de ordem na vida social, onde os fatos têm preeminência sobre as interpretações e onde cada evento tem sua função dentro de um sistema coerente.

Pelo fato de o parentesco ser considerado a chave-mestra para a organização social, os funcionalistas se orgulham muito de usar métodos genealógicos para reconstruir e iluminar todos os aspectos de uma sociedade. Eles tendem também a aplicar questionários onde as perguntas são feitas verbalmente por um pesquisador, que preenche o formulário; este método difere do questionário escrito, que é distribuído aos que vão respondê-lo e no qual eles mesmos preenchem os vazios. O ideal é que todas as entrevistas sejam feitas na língua ainda que nativa, algumas vezes se contrate o auxílio de intérpretes.

A pesquisa etnográfica nesta tradição depende muito, portanto, das interações pessoais dos pesquisadores e seus “informantes”. Mesmo que os dados sejam considerados objetivamente reais, as circunstâncias nas quais foram coletados não podem ser facilmente reproduzidas. Por isso, a tradição de pesquisa funcionalista enfatiza a *validade* mais do que a “fidedignidade” (sendo esta última um critério do método científico que enfatiza as experiências replicáveis).

A etnografia nesta tradição exige longa imersão em determinadas sociedades. Consideradas as restrições logísticas para se cumprir tal missão, geralmente não é possível conduzir uma pesquisa comparativa genuinamente intercultural. Um retrato comparativo intercultural pode emergir do acréscimo gradual de estudos particulares, mas a realização de um projeto de pesquisa padronizado, conduzido simultaneamente por pesquisadores em diferentes locais não é uma prática corriqueira. Uma consequência possivelmente não intencional dessa tendência é dar uma ênfase exagerada à singularidade percebida em cada sociedade.

A etnografia funcionalista cumpre um programa mais indutivo do que dedutivo na investigação científica. Isto é, os pesquisadores começam com uma tribo, vila, comunidade ou vizinhança especial na qual estão interessados, em vez de começar com um modelo, teoria ou hipótese para testar. Espera-se que temas ou padrões emergjam dos próprios dados coletados ao longo do trabalho de campo. (Ver Turner, 1978, p. 19-120, para um tratamento mais completo da história, filosofia e dos métodos do funcionalismo.)

INTERACIONISMO SIMBÓLICO

Esta orientação foi muito popular em sociologia e psicologia social e também tem alguns adeptos na antropologia. Ao contrário dos cientistas sociais que podem parecer dar ênfase demasiada ao papel da cultura na “formatação” do comportamento humano, os interacionistas preferem ver as pessoas como agentes ativos e não como partes permutáveis de um grande organismo, sofrendo passivamente a ação de forças externas a elas mesmas. A sociedade não é um conjunto de instituições entrelaçadas, como os funcionalistas pensavam, mas um caleidoscópio em constante mutação de indivíduos interagindo uns com os outros. Na medida que muda a natureza dessas interações também a sociedade está em constante mudança. O interacionismo é, portanto, uma abordagem mais dinâmica do que estática no estudo da vida social.

Há muitas variedades de interacionismo (quatro, sete, ou oito, dependendo da versão), mas todas elas compartilham alguns principais pressupostos:

- as pessoas vivem em um mundo de significados aprendidos que são codificadas como *símbolos* e que são compartilhadas através de interações em um grupo social específico;
- símbolos são motivos que impelem as pessoas a desempenhar suas atividades;
- a própria mente humana cresce e muda em resposta à qualidade e à extensão das interações nas quais os indivíduos se envolvem;
- o *self* é uma construção social - nossa noção de quem somos desenvolve-se apenas no curso da interação com os outros.

A pesquisa de campo etnográfica, na tradição interacionista, busca desvelar os significados que os atores sociais atribuem às suas ações. A ênfase funcionalista no comportamento como um conjunto de fatos objetivos é substituída por um delineamento mais subjetivo sobre como as pessoas entendem aquilo que fazem. Alguns interacionistas referem-se a este processo como “introspecção compreensiva”, enquanto outros preferem usar a palavra alemã *verstehen* em homenagem ao grande sociólogo alemão Max Weber, que introduziu o conceito no discurso das ciências sociais modernas.

Em todo caso, a implicação é que o pesquisador precisa fazer uma imersão no mundo dos seus sujeitos; ele não pode ser um observador neutro das atividades deles, mas precisa subjetivamente tornar-se um deles. A chave para a etnografia interacionista é descobrir o sistema de símbolos que dá significado ao que as pessoas pensam e fazem.

Um interacionista especialmente influente é o sociólogo Erving Goffman, que desenvolveu o que ele chamou de abordagem *dramatúrgica* no estudo de interações. Ele se preocupava com as maneiras das pessoas agirem e formarem relações, porque acreditava que esses processos ajudavam-nas a alcançar significado para suas vidas. Sua pesquisa frequentemente envolve descrições de como as pessoas constroem suas “apresentações de *self*” e depois representam estas apresentações na frente dos outros. Goffman sugeriu que há intencionalidade por trás dessas performances onde os sujeitos atuam visando a passar a melhor impressão possível (tal como o “ator” a entende) perante seus outros significativos. Elas se tornam não simplesmente “criadores de papéis”, mas ativos “atores de papéis”.

Por causa de seu interesse na natureza das interações, os interacionistas simbólicos devotaram considerável atenção às interações que são típicas do próprio trabalho de campo etnográfico. De certa forma, eles foram levados a conduzir uma etnografia do fazer etnográfico. Para resumir rapidamente uma vasta bibliografia sobre este assunto, podemos dizer que os papéis interativos dos etnógrafos situam-se ao longo de um *continuum* com quatro pontos principais: (a) o participante completo (o pesquisador está totalmente imerso na comunidade e não divulga sua agenda de pesquisa); (b) o participante-como-observador (o pesquisador está imerso na comunidade mas sabe-se que ele faz pesquisa e tem permissão para fazê-la); (c) o observador-como-participante (o pesquisador está um pouco desligado da comunidade, interagindo com ela apenas em ocasiões específicas, talvez para fazer entrevistas ou assistir eventos organizados); e (d) o completo observador (de longe o pesquisador coleta dados totalmente objetivos sobre a comunidade sem ficar envolvido em suas atividades nem anunciar sua presença). Cada um desses papéis é potencialmente útil, dependendo das circunstâncias, embora pender para o lado “participante” do *continuum* pareça servir mais efetivamente aos objetivos do interacionismo simbólico. (Ver Herman e Reynolds, 1994, para uma revisão mais completa da teoria e métodos da abordagem interacionista. Ver Gold, 1958, para a exposição clássica dos papéis do pesquisador referidos nesta seção.)

FEMINISMO

Esta abordagem do conhecimento ganhou proeminência nas últimas décadas em todas as ciências sociais (e ciências humanas de um modo geral).

Embora ligado ao movimento sociopolítico pelos direitos das mulheres, o feminismo acadêmico não diz respeito apenas às mulheres pesquisadoras; ele representa uma abordagem geral para estudo da condição social humana. Vários princípios básicos caracterizam o feminismo no contexto da ciência social moderna:

- a suposição de que todas as relações sociais são *de gênero*, o que significa que uma consciência de gênero é um dos fatores elementares que determinam o *status* social de uma pessoa;
- a sugestão (não universalmente compartilhada entre feministas, cumpre ressaltar) de que há um certo tipo de “essência” feminina caracterizada pelas qualidades fundamentais de atenção, carinho e uma preferência pela cooperação acima da competição. Esta essência é expressa de diferentes maneiras em diferentes culturas, mas é reconhecida de alguma forma em todas as sociedades. A razão de esta sugestão não ser universalmente aceita é que há uma proposição contrária, qual seja:
- os comportamentos considerados típicos de um ou de outro gênero são mais socialmente adquiridos do que biologicamente herdados; isso não os torna menos importantes nem influentes na maneira como as pessoas agem e pensam, mas muda o foco da investigação da biogenética para a perspectiva sociocultural. Não importa se o gênero é “essencial” ou socialmente adquirido, existe a percepção de que há
- uma *assimetria sexual* universal; mesmo naquelas raras sociedades nas quais homens e mulheres são vistos como mais ou menos parceiros, há um reconhecimento de que homens e mulheres são diferentes uns dos outros, seja por causa de biologia inata ou por causa de processos diferenciais de socialização (as maneiras como aprendemos a incorporar os comportamentos que nossa sociedade nos diz que são apropriados).

Uma abordagem feminista tem algumas implicações claras para a realização da pesquisa etnográfica. Para começar, os feministas tendem a rejeitar a separação tradicional de um pesquisador e seus “informantes”. Considera-se que tal distinção reflete as categorias científicas tradicionais que, diga-se o que se disser a seu favor, vêm sendo há muito usadas como uma ferramenta de opressão. A pesquisa científica internacional, com sua ênfase em testes, definições operacionais, escalas e regras, tem servido principalmente aos interesses daqueles que estão no poder, os quais, na maioria dos casos, não incluem mulheres. O pesquisador neutro em controle de todos os elementos de um projeto de pesquisa era um símbolo de autoridade por excelência, e seu poder só era reforçado pelo cumprimento das normas de objetividade e neutralidade na condução da pesquisa. Os feministas buscam descentralizar esta relação através de uma identificação mais próxima com a comunidade

em estudo. O ideal científico da neutralidade valorativa é rejeitado pelos feministas, pois buscam ativa e explicitamente promover os interesses das mulheres.

Da mesma forma, os modelos organizados e coerentes de equilíbrio social preferidos pelos funcionalistas (entre outros) são postos de lado em favor de uma visão da vida social entendida como eventualmente desordenada, incompleta, fragmentada. Para tanto, pesquisadores feministas buscam uma forma de etnografia que permita a empatia, a subjetividade e o diálogo, a fim de explorar melhor os mundos interiores das mulheres, até o ponto de ajudá-las a expressar (e assim superar) a sua opressão. A “entrevista” tradicional (que implicitamente coloca o pesquisador em um papel de poder) também é rejeitada em favor de um diálogo mais igualitário, frequentemente incorporado na forma da *história de vida* na qual uma pessoa é incentivada a contar a sua própria história de sua própria maneira e nos seus próprios termos, com um mínimo de interferência do pesquisador. A etnografia baseada na abordagem da história de vida é vista como uma maneira de “dar voz” a pessoas historicamente relegadas às margens da sociedade (e da análise social); é também uma maneira de preservar a integridade dos indivíduos, ao contrário de outras técnicas de entrevista que tendem a segmentá-las em peças analiticamente separadas. (Ver Morgen, 1989, para aprofundar a compreensão da perspectiva feminista emergente.)

MARXISMO

O marxismo teve um enorme impacto no estudo de história, economia e ciência política, mas sua influência nas disciplinas que lidam com comportamento social humano (antropologia, sociologia, psicologia social) tem sido um tanto indireta. É raro encontrar cientistas sociais representantes dessas disciplinas que sejam marxistas no pleno sentido filosófico, e mais raro ainda (especialmente desde a queda da União Soviética) encontrar aqueles que veem o marxismo intrinsecamente como uma ideologia que pode apoiar com sucesso um programa de reforma social. Não obstante, diversos elementos importantes do marxismo continuam no centro do discurso atual sobre sociedade e cultura.

Talvez o conceito de inspiração marxista mais relevante seja o do *conflito*. Os teóricos do conflito propõem que a sociedade seja definida por seus grupos de interesses, que estão necessariamente em competição uns com os outros por recursos básicos, que podem ser econômicos, políticos e/ou de natureza social. Ao contrário dos funcionalistas, que, por considerarem a sociedade governada por algum tipo de sistema de valor fundamental, veem o conflito como uma anomalia que precisa ser superada para que a sociedade

possa reestabelecer o equilíbrio, os teóricos do conflito creem que o conflito seja intrínseco à interação humana; de fato, é exatamente ele que suscita a mudança social. Para Marx e seus seguidores o conflito grupal repousa na instituição da *classe social*. As classes surgem de uma divisão fundamental do trabalho dentro da sociedade; elas representam redes de pessoas definidas por seu *status* dentro de uma estrutura hierárquica. Na tradição marxista a mudança social acontece porque há um processo *dialético* - as contradições entre as classes sociais em competição são resolvidas através dos conflitos de interesse. Como o feminismo, o marxismo (ou, mais genericamente, a teoria do conflito) enfoca questões de desigualdade e opressão, embora este prefira pensar em termos de categorias socioeconômicas, como classe, em vez das socioculturais, como gênero, enquanto base de conflitos.

Os estudiosos contemporâneos do marxismo interessam-se especialmente pela questão do colonialismo e de como aquela instituição político-econômica distorceu as relações entre os estados centrais (os que mantêm um controle hegemônico da produção e distribuição dos bens e serviços do mundo, e portanto praticamente monopolizam o poder político e militar) e os periféricos (os que produzem basicamente matérias-primas e ficam perpetuamente dependentes dos primeiros). Este desequilíbrio persiste, apesar de o colonialismo como instituição ter desaparecido no sentido formal. A área de estudos que trata das questões de hegemonia e dependência denomina-se “Teoria do Sistema-Mundo”.

Hoje em dia, os estudiosos de economia política estão particularmente interessados no que se chama às vezes de relações materiais, o que implica um estudo da relação dos grupos com a natureza no decorrer da produção, interagindo uns com os outros em relações de produção que os diferencia em classes, e interagindo com os países centrais, que usam seu poder coercitivo para moldar a produção e as relações sociais. Esta perspectiva retira o foco das sociedades, comunidades, vizinhanças e outros grupos fechados em si mesmos para considerar os modos em que grupos locais participam de fluxos regionais e internacionais de pessoas, mercadorias, serviços e poder. Para compreender o que está acontecendo em qualquer lugar, é necessário inserir aquela sociedade/comunidade/cultura no contexto de áreas políticas e econômicas de larga escala nas quais elas são influenciadas por outras sociedades e culturas. A ênfase aqui é de natureza mais *transcultural* do que particularizante.

Considerando essas suposições, parece que o estilo um tanto subjetivo e personalizado da pesquisa etnográfica não se ajustaria bem aos teóricos do conflito nem aos que estudam a economia política de um ponto de vista neo-marxista. Porém, é importante notar que os métodos etnográficos tradicionais podem ser utilizados no estudo de comunidades locais, como vem

acontecendo há muito tempo. A diferença crucial, contudo, é que tais estudos etnográficos são projetados para demonstrar não a autonomia e a singularidade dessas comunidades, mas seus nexos com outras comunidades que se encadeiam formando sistemas globais. Além disso, o etnógrafo neo-marxista tenderia a procurar evidências de estruturas, contradições e conflitos de classe considerados inerentes a qualquer formação social, até mesmo em sociedades que na superfície podem parecer igualitárias, não hierárquicas e em um estado aparentemente próximo do equilíbrio. (Ver Wolf, 1982, para uma excelente exposição dos princípios da economia política neo-marxista e as maneiras como a pesquisa tradicional sobre cultura pode ser transformada para atender aos objetivos desta perspectiva teórica.)

ETNOMETODOLOGIA

Esta forma de estudar o comportamento humano exerceu especial influência na sociologia. O objetivo dos etnometodólogos tem sido explicar como o sentido de realidade de um grupo é construído, mantido e transformado. Baseia-se em duas proposições principais:

- A interação humana é *reflexiva*, o que significa que as pessoas interpretam ações significativas (tais como palavras, gestos, linguagem corporal, uso de espaço e tempo) de forma a manter uma visão compartilhada de realidade; qualquer evidência que pareça contradizer a visão compartilhada ou é rejeitada ou é de alguma forma racionalizada no interior do sistema dominante.
- A informação é *indexada*, o que significa que ela tem significado dentro de um contexto específico, sendo importante então conhecer as biografias dos atores em interação, seus propósitos declarados, e suas interações anteriores a fim de entender o que está acontecendo em uma específica situação observada.

A pesquisa etnometodológica presume que a ordem social é mantida pelo uso de técnicas que dão aos participantes de interações a sensação de compartilhar uma realidade comum. Além disso, o real conteúdo daquela realidade é menos importante do que o fato de os envolvidos aceitarem as técnicas projetadas para manter a interação. Algumas das técnicas mais importantes - que os etnometodólogos procuram quando estudam contextos sociais - são:

- A busca de uma forma “normal”, o que significa que se os participantes da interação começarem a sentir que podem não concordar sobre algo que está acontecendo, sinalizarão, uns para os outros, a necessidade de retorno à “normalidade” presumida naquele contexto.

- A confiança em uma “reciprocidade de perspectiva”; o que significa que as pessoas comunicam ativamente a crença (aceita como fato) de que suas experiências são intercambiáveis, mesmo que implicitamente elas se deem conta de que estão “vindo de lugares diferentes”.
- O uso do “princípio de *et cetera*”, o que significa que em qualquer interação muita coisa fica sem ser dita, de modo que os participantes da interação precisam preencher os vazios ou aguardar a informação necessária para entender as palavras ou ações do outro; implicitamente eles concordam em não interromper para pedir esclarecimentos de forma explícita.

Estas técnicas são quase sempre de natureza subconsciente e, como tal, aceitas como evidentes pelos membros de uma sociedade. O trabalho de um pesquisador é, então, descobrir esses significados encobertos. Já que não adianta pedir que as pessoas elucidem ações das quais elas nem estão conscientes, os etnometodólogos preferem a observação direta à pesquisa baseada em entrevistas. Certamente, eles refinaram os métodos observacionais até a menor das “microtrocas”, tais como a análise da conversação. Alguns etnometodólogos afirmam que a linguagem é a base fundamental da ordem social, pois é o veículo da comunicação que sustenta tal ordem em primeiro lugar.

Os etnometodólogos usam o método etnográfico para lidar com o que é mais facilmente observável, concebido como o dado mais “real”. Na maioria dos casos, esta realidade ganha substância nas tentativas de indivíduos em interação de persuadir uns aos outros que a situação na qual eles se encontram está simultaneamente ordenada e apropriada ao cenário social imediato. O que é “realmente real”, como disseram alguns analistas, são os métodos que algumas pessoas usam para construir, manter e algumas vezes sutilmente alterar umas para as outras um determinado senso de ordem. O conteúdo daquilo que estão dizendo ou fazendo é menos real do que as técnicas que usam para se convencerem mutuamente sobre o que é real. A implicação é que a etnografia não está habituada a estudar alguns grandes sistemas transcendentais como “cultura” ou “sociedade”, já que tais abstrações nunca poderão verdadeiramente ordenar o comportamento das pessoas. Em vez disso, a pesquisa etnográfica é projetada para descobrir como as pessoas convencem umas às outras de que realmente existe uma coisa chamada “sociedade” ou “cultura” no sentido de normas coerentes guiando sua interação. Não há nenhum “sentido de ordem” predeterminado que torna a sociedade possível; ao contrário, a capacidade dos indivíduos de criar e usar métodos para persuadir uns aos outros de que há um mundo social real ao qual ambos pertencem - e fazer isso ativa e continuamente - é a tese central da etnometodologia.

O trabalho da etnografia, então, para os etnometodólogos, não é responder à questão “O que é ‘cultura?’” ou “O que é ‘sociedade?’”, mas responder à questão “Como as pessoas se convencem de que ‘cultura’ e ‘sociedade’ são proposições viáveis?” (Ver Mehan e Wood, 1975, para uma clara exposição da posição etnometodológica.)

TEORIA CRÍTICA

Este termo genérico compreende uma variedade de abordagens no estudo da sociedade e da cultura contemporâneas. O nexos central é, como o título sugere, o uso da ciência social para desafiar os pressupostos das instituições dominantes da sociedade. O feminismo e o marxismo, de fato, participam desta empreitada e podem ser considerados variantes da “teoria crítica”, embora tenham suas próprias e distintas histórias e bibliografias. Nesta seção, contudo, podemos considerar os pesquisadores que usam métodos etnográficos para estudar e influir nas políticas públicas e participar ativamente em movimentos políticos por mudança social, muitas vezes desempenhando um papel de porta-voz que vai muito além das noções tradicionais de neutralidade do pesquisador.

A principal abordagem filosófica dos etnógrafos críticos é o desenvolvimento de epistemologias de múltiplas perspectivas e representa um desafio explícito ao pressuposto tradicional de que havia uma definição objetiva e universalmente entendida daquilo que constitui uma cultura. Quando um funcionalista, por exemplo, descrevia uma determinada comunidade, entendia que esta descrição poderia ter sido gerada por qualquer pesquisador bem preparado e que era consenso geral entre as pessoas da comunidade que as coisas eram assim mesmo. Uma relativização de perspectivas, todavia, baseia-se no pressuposto de que não apenas haverá inevitavelmente diferentes correntes de opinião dentro da comunidade, mas que diferentes etnógrafos, que trazem por assim dizer suas próprias bagagens, produzem diferentes imagens daquilo que observaram. As diferentes correntes de opinião podem não estar em conflito explícito umas com as outras, como na teoria marxista, mas elas certamente não favorecem a homogeneidade cultural ou social. Para a Teoria Crítica, então, é importante saber qual segmento da sociedade está sendo estudado por qual etnógrafo. Por conseguinte, um retrato que pretenda representar uma visão mais geral é, nesta abordagem, intrinsecamente suspeito.

Os teóricos críticos passaram assim a preferir um estilo de pesquisa etnográfica *dialógico*, *dialético* e *colaborativo*. Uma etnografia dialógica é aquela que não é baseada nas relações de poder tradicionais de entrevistador e “informante”. Em vez disso, o pesquisador estabelece conversações